

M - 964
P - 2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIPER

Projeto de Lei nº 35

DISTRIBUIÇÃO

Of. nº CIRCULAR nº 8 54/8

Em 18 JUL 1972

Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Diretor do CRPE "Prof. Queiroz Filho"

: Pesquisas Educacionais de maior interesse

Senhor Diretor,

A título de informação, estamos remetendo a Vossa Senhoria uma primeira apuração das respostas dadas ao quesito "Que temas e áreas entre as relacionadas no anexo 2, são de interesse para as atividades da entidade", e que constou do questionário que lhe enviamos junto a nosso Ofício nº 447, de 10/04/72.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria nossos protestos de alto apreço e consideração.

Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor

OFÍCIO CIRCULAR Nº 854/C

Para:

Ilma. Sra.
FRANCISCA ALBA TEIXEIRA
DD. Diretora do Centro Regional "João Pinheiro"
Av. Amazonas, 5855
Belo Horizonte - MG

Ilma. Sra,
Profa. MALBA SANTIAGO FERREIRA
DD. Diretora do Centro de Recursos
Audiovisuais de Curitiba
Universidade Federal do Paraná - Cx.P. 2747
Curitiba - Paraná

Ilmo. Sr.
Prof. ALVARO MAGALHÃES
DD. Diretor do CRPE do Rio Grande do Sul
Av. Oswaldo Aranha, 271 - 7º 8º andar
Porto Alegre - RS

Ilma. Sra.
Profa. GRAZIELA PEREGRINO
DD. Diretora do Centro Regional de
Pesquisas Educacionais do Recife
Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos
Recife - Pernambuco

Ilmo. Sra.
Prof. DIRVAN SILVEIRA LIMA TEIXEIRA
DD. Diretor do CRPE da Bahia
Estrada de São Lázaro, 197
Salvador - Bahia

Ilmo. Sre.
Prof. CHICRALLA HAIDAR
DD. Diretor do Centro Regional de
Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho"
Cidade Universitária - Butantan
São Paulo - SP

Ilma. Sra.
Profa. ELZA RODRIGUES MARTINS
DD. Diretora-Executiva do CBPE
Rua Voluntários da Pátria, 107
NESTA

OFÍCIO-CIRCULAR nº 854 - de 18/7/72

Para:

Ilma. Sra.
Dra. CÉLIA LUCIA MONTEIRO DE CASTRO
DD. Diretora-Executiva do NIERHS
Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - 8º and.
Manguinhos - ZC - 24
Rio de Janeiro - GB

Ilmo. Sr.
Cel. CONFÚCIO PAMPLONA
DD. Secretário Geral do MEC
Brasília - DF

Ilmo. Sr.
Secretário do Desenvolvimento Econômico do
Estado de Santa Catarina
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Florianópolis - Sta. Catarina

Ilmo. Sr.
Prof. RIVADAVIA WOLLSTEIN
DD. Diretor do Centro de Estudos Fundamentais
da Fundação Universidade Regional de Blumenau
RuRua Antonio da Veiga, s/nº
Blumenau - Sta.Catarina

Ilmo.Sr.
JOSÉ ALFREDO BEIRÃO
DD.Presidente da Fundação Universitária de Criciúma .Cx.P. D-26
Praça Dr.Nereu Ramos, 50
Criciúma - Sta-Catarina

Ilmo. Sr.
Prof.EDY PRZYBYLSKI
DD. Diretor do Centro de Educação Técnica do RS
Av. Praia de Melas, 1595
Porto Alegre - RS

Ilmo. Sr.
Prof.OSWALDO DELLA GIUSTINA
DD. Presidente da Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina
Av. José Acácio Moreira, 787
88.700 - Tubarão - SC

Ilmo. Sr. Diretor do
Instituto de Estudos, Políticos e Econômicos (IESPE)
Pontifícia Universidade Católica do RS
Av. Ipiranga, 6681 - Porto Alegre - RS

Ilmo. Sr.
MANUEL DIÉQUES JÚNIOR
DD.Diretor do Centro-Latino Americano de Pesquisas e Ciências Sociais
R. Dona Mariana, 138 - Botafogo - GB

Ilmo.Sr. Presidente da
Fundação Educacional Alto Vale do Rio Peixe - FEARPE - Cx.P.232
Rua Santa Catarina, 220
89.500 - CAÇADOR - SC



01047

24 APR 1973

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DE ESTATÍSTICA E PESQUISA EDUCACIONAIS
(PERNAMBUCO)

Ofício nº 185

Recife, 16 de abril de 1972

Sr. Diretor

*A AnSec
Parecer
Em 24/04/73
Ayr*

Considerando os termos do Ofício Circular nº 447, de 11 de abril de 1972, encareceríamos de V.S., nos fosse enviado a relação dos temas das pesquisas tidas como prioritárias por esse Instituto, a fim de que com base no programa de pesquisa e laborado por esse órgão, possamos nortear os trabalhos a serem desenvolvidos por este Instituto.

Certos da atenção que V.S., dispensará ao assunto subscrevemo-nos.

Atenciosamente

[Assinatura]
LUCILDA JORDÃO DE OLIVEIRA
- Diretora -

Ilm^{as}. Sr. Diretor
Prof. Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor do I N E P
Rio.



Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos

00965 - 19 ABR 1972

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Of. nº

001052

Em 18 de abril de 1972

Da Secretária do Conselho Nacional de Desportos

Ao Sr. Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)

Assunto: comunicação (faz)

*1. Sr. Sec.
Bianete
Arquivar
C 22/04/72
Agente*

Senhor Diretor:

Dirijo-me a V.Sa., de ordem do Sr. Presidente e em resposta ao ofício circular nº 447 desse Instituto, a fim de comunicar que entre as atribuições específicas do C.N.D. não se configuram temas, áreas de estudo, pesquisas e experimentações mencionadas nos documentos anexos à referida circular.

Atenciosas saudações

Córea Costa Sampaio
CÓREA COSTA SAMPAIO
Secretária

PROC/CND 1178/72
AGC/gm

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - INEP

ANEXO Nº 1 - AO OFÍCIO CIRCULAR Nº 447 DE 11/04/1972

QUESTIONÁRIO SOBRE TEMAS E ÁREAS PARA ESTUDOS, LEVANTAMENTOS, PESQUISAS E
EXPERIMENTAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Cbs. - A referência aos temas que figuram ao anexo n. 2 deve ser feita usando-se o respectivo "Nº DE ORDEM".

I - Considerando-se as atribuições estatutárias, regulamentares ou regimentais dessa entidade:

a) que temas e áreas entre os relacionados no anexo n. 2 são de interesse para as atividades da entidade?

b) que outros temas e áreas, além dos relacionados no anexo n. 2, devem ser cogitados, prioritariamente, no momento? (Focalizá-los em folha a ser juntada à presente, mencionando o tópico e os objetivos em vista, com respeito a cada tema).

II - Considerando o interesse dessa entidade:

c) quais, dentre os temas e áreas em consonância com as atribuições dessa entidade, conviria desenvolver-se com maior urgência?

III - Considerando a carência de informações que ocorre na área da educação - e que o INEP pretende atenuar, em breve - e o conhecimento que esta entidade possa ter a respeito:

- d) que temas, entre os relacionados no Anexo 2, se encontram em desenvolvimento, ou já foram desenvolvidos por alguma entidade no Brasil? (Mencionar o nº de ordem do tema junto ao nome da entidade em causa)
- e) essa entidade dispõe de pessoal apto a integrar equipes interdisciplinares de pesquisadores para atuar na área da Educação, elaborando projetos? (sim ou não)
- f) idem, para desenvolver projetos de pesquisa? (sim ou não)
- g) essa entidade tem desenvolvido projetos de pesquisas educacionais? (sim ou não)
- h) essa entidade pretende desenvolver, em sua programação própria, algum dos temas constantes da relação do Anexo 2 ? (em caso afirmativo, mencionar qual ou quais)
- i) essa entidade está desenvolvendo algum ou alguns dos temas mencionados? (em caso afirmativo, qual ou quais?)

IV - Considerando o valor da ação conjunta no desenvolvimento de um programa de estudos e pesquisas educacionais:

- j) essa entidade participaria de uma programação em articulação com o INEP e outras entidades (sim ou não)

Em caso afirmativo, como considera mais viável essa participação? (a resposta sim dada aos quesitos seguintes não implica em compromisso prévio):

- l) na fase de elaboração dos projetos?
- m) na fase de desenvolvimento dos projetos?
- n) com pesquisadores?
- o) com pessoal auxiliar?
- p) com recursos financeiros em 1972?
- q) com recursos financeiros em 1973?
- r) com outros recursos? (quais?)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

ANEXO Nº 2 AO OFÍCIO CIRCULAR Nº 447, DE 11/04/72

RELAÇÃO DE TEMAS E ÁREAS DE ESTUDOS, LEVANTAMENTOS,
PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÕES, CONSIDERADOS DE INTE-
RESSE PARA A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

1. ENSINO DE 1º GRAU

Nº DE ORDEM

A) Temas referentes ao sistema educacional e aos currí-
culos

1.1 - PRODUTIVIDADE DOS SISTEMAS DE ENSINO

O objetivo é medir a eficiência do ensino do 1º grau, através do estudo de índices elucidativos e do rendimento do produto do sistema.

1.2 - A IMPLANTAÇÃO DA REFORMA DO 1º GRAU EM ESCOLAS RURAIS:
SOLUÇÕES NECESSÁRIAS E RESULTADOS

Procura elaborar currículos adequados à educação ru-
ral com vistas à integração do indivíduo ao meio e à
fixação da assistência necessária ao desenvolvimento
do trabalho.

1.3 - INFLUÊNCIA DA REFORMA NO FLUXO ESCOLAR E NA REGULARIZA-
ÇÃO DA MATRÍCULA POR IDADE

Deverá verificar até que ponto o sentido democrati-
zante da Reforma se evidencia na regularização da ma-
trícula por idade e normalização do fluxo escolar.

1.4 - INFLUÊNCIA DOS ÓRGÃOS CENTRAIS DE EDUCAÇÃO NO TRABALHO
DAS ESCOLAS

Pretende verificar os resultados das normas e medi-
das tomadas pelos órgãos centrais na dinâmica e produ-
tividade da escola.

1.5 - SUPERVISÃO E PRODUTIVIDADE DO ENSINO

Buscará avaliar os gastos e as formas de atuação dos serviços de supervisão; seus reflexos sobre a produtividade do ensino; apreciar a validade desse tipo de trabalho, em confronto com outras soluções possíveis para o programa de assistência técnica ao professor.

1.6 - BASES PARA O PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Visa determinar as necessidades do educando, do ponto de vista de alimentação, saúde, material escolar etc., com vistas ao planejamento integrado da assistência ao educando, atendendo às peculiaridades existentes.

1.7 - RESULTADOS DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA NA 1ª e 2ª SÉRIES DO ENSINO DE 1º GRAU

Procurará fixar a produtividade do ensino na 1ª e 2ª séries das escolas estaduais selecionadas para a implantação da Reforma, em comparação com as demais.

1.8 - EVASÃO DE ALUNOS NO 1º GRAU

Visa verificar as causas da evasão, as séries em que é mais elevada; o nível atingido pelo aluno evadido e o número de anos de freqüência à escola.

1.9 - RELACIONAMENTO ESTADO/MUNICÍPIO NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PLANOS DE EDUCAÇÃO

Pretende fixar em que medida os Estados estão considerando, no planejamento da educação, a situação dos municípios; até que ponto se vem fazendo planejamento integrado de construções escolares, preparo e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico, assistência ao educando etc.

1.10 - FREQUÊNCIA E RENDIMENTO ESCOLAR

Visa fixar índices de freqüência (média, variabilidade etc.); os pontos de incidência da baixa freqüência; suas causas determinantes; as medidas tomadas pela administração das escolas e do sistema para incentivar a freqüência e seus resultados; a correlação entre freqüência e produtividade.

1.11 - O ATENDIMENTO ÀS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS E A REFORMA DO 1º GRAU

Destina-se a verificar a preocupação revelada pelos administradores no atendimento às diferenças individuais, na elaboração de currículos e programas, no preparo e aperfeiçoamento do professor etc.

1.12 - BASES PARA REFORMULAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO 1º GRAU.

Visa fornecer subsídios para a reformulação de um programa de comunicação e expressão, considerando fatores como carga horária, número de alunos e condições desses alunos.

1.13 - CONDIÇÕES BÁSICAS PARA AQUISIÇÃO DE CONCEITOS NAS VÁRIAS ÁREAS DO CURRÍCULO:

Procurará fixar as condições de idade, nível intelectual e série escolar em que os alunos dominam certos conceitos essenciais e os recursos que favorecem aquela aquisição com a finalidade de concorrer para a reformulação de currículos da educação fundamental.

1.14 - ESCOLARIDADE E MÃO-DE-OBRA

Visa oferecer subsídios para reformulação de currículos e programas para a educação fundamental, fixando os aspectos em que a escola primária e o ginásio apresentam deficiências, através de entrevistas com empregadores, professores e diretores de escolas técnicas.

1.15 - INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO EM FACE DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Compreende o estudo dos critérios e instrumentos de avaliação atuais, tendo em vista o espírito da Lei nº 5692 e ainda a elaboração e experimentação de novos critérios e instrumentos.

1.16 - SONDAGEM DE APTIDÕES NO 1º GRAU

Procurará verificar até que ponto é possível uma sondagem de aptidões e de interesses antes dos 14 anos que seja válida para a orientação do prosseguimento dos estudos ou para o ingresso num tipo de trabalho mais ou menos permanentes.

1.17 - PADRÕES DE PROMOÇÃO USADOS NA 1ª SÉRIE

Analizará os instrumentos de medida do rendimento aplicados nos vários Estados, tendo em vista as características do aluno dessa série escolar.

1.18 - BASES PARA A REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS E PROGRAMAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Visa fornecer subsídios sobre apresentação, dosagem de programas, adaptação dos mesmos às diferenças individuais e locais, experimentação dos programas e fixação de materiais que os professores julgam necessários para a implantação dos currículos.

1.19 - AVALIAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL FACE AOS OBJETIVOS DA REFORMA DE 1º GRAU

Destina-se a verificar se os serviços de orientação educacional contribuem, e em que medida, para a consecução dos objetivos do ensino do 1º grau.

B) Temas referentes ao processo ensino/aprendizagem

1.20 - A INTEGRAÇÃO NO ENSINO DE 1º GRAU

Visa verificar as formas de integração tentadas pelas escolas, os resultados das mesmas e as condições básicas para sua efetivação.

1.21 - FORMAS DE ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM APRENDIZAGEM INSATISFATÓRIA E SEUS RESULTADOS

Procurará verificar o resultado das atuais turmas paralelas de recuperação, em confronto com outras soluções para o problema, como a utilização de professorandos em micro-ensino e ensino por equipes.

1.22 - PADRÕES PARA A AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO DO ALUNO E DO CURRÍCULO

Visa verificar o rendimento obtido pelos diferentes tipos de alunos, com o objetivo de reformular currículos, adaptando-os às diferenças individuais e organizar instrumentos válidos de medida do rendimento.

1.23 - DEFICIÊNCIAS DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO AO 1º ANO

Aprofundando trabalho anterior, a presente pesquisa procurará fixar em que aspectos vem falhando o orientador pedagógico.

1.24 - DIFICULDADES NO ENSINO DA MATEMÁTICA NO 1º GRAU

Pretende verificar as dificuldades de crianças com várias características na aprendizagem de noções de matemática, com vistas à fixação de conteúdo e a dosagem dos programas.

1.25 - INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS DIDÁTICOS NO RENDIMENTO DO ENSINO DOS FATOS FUNDAMENTAIS

Visa a verificar as dificuldades das crianças com várias características na aprendizagem de noções de matemática, com vistas à organização de programas.

1.26 - CORRELAÇÃO ENTRE OS RESULTADOS EM LEITURA SILENCIOSA E LEITURA ORAL NA 1ª SÉRIE

Procurará verificar se será válido utilizar apenas um tipo de medida na área de leitura.

1.27 - EFICIÊNCIA DE DIFERENTES RECURSOS PARA A APRENDIZAGEM DA ORTOGRAFIA

Pretende verificar que recursos se revelam mais eficazes no ensino da ortografia nas séries iniciais da escola fundamental.

1.28 - INFLUÊNCIA DA GRAMÁTICA ESTRUTURAL NO USO EFICIENTE DA LÍNGUA

Procurará verificar a influência de exercícios estruturais na formação de automatismos de expressão escrita, em confronto com outras formas de ensino da gramática.

1.29 - VOCABULÁRIO CUJA SIGNIFICAÇÃO VARIA COM A REGIÃO

Visa a fornecer subsídios para a organização de programas radiofônicos e teleducativos, para a elaboração de livros didáticos etc.

C) Temas referentes a recursos humanos

1.30 - EFICIÊNCIA DE DIFERENTES FORMAS DE COMUNICAÇÃO PARA LEVAR A PESQUISA AO PROFESSOR

Procurará verificar que formas de comunicação são mais adequadas para levar os resultados da pesquisa ao professor, visando à modificação de seu comportamento.

1.31 - IMPLANTAÇÃO EXPERIMENTAL DE NOVOS CURRÍCULOS EM CURSOS DE FORMAÇÃO, RECICLAGEM E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

Visa levar à melhoria do rendimento dos referidos cursos.

1.32 - USO DE FILMES NO PREPARO DE PROFESSORES PARA A REFORMA DO ENSINO DE 1º GRAU

Procurará verificar a eficiência de recursos audiovisuais na implantação da Reforma.

1.33 - NOVOS RECURSOS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA ÁREA DA PRÁTICA DE ENSINO

Pretende introduzir, sob a forma de experimentação pedagógica, novos recursos para a realização da prática de ensino: aulas simuladas, micro-ensino, trabalho em grupo, e avaliar seus resultados em confronto com as formas tradicionais de preparo do professor nessa área.

1.34 - EFICIÊNCIA DOS PROFESSORES COM DIFERENTES TIPOS DE FORMAÇÃO AO ATUAREM NAS SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO DE 1º GRAU

Pretende verificar a influência dos vários tipos de formação de professor - licenciatura plena, curta, ou curso normal, ou forma que combine mais de um tipo de formação, sob a produtividade de ensino de 1º grau.

1.35 - INTERESSE DOS PROFESSORES LICENCIADOS EM ATUAR EM FAIXAS DO 1º GRAU E DO 2º

Pretende determinar, com vistas a um planejamento da educação, quais as preferências do professor habilitado a lecionar no 1º e 2º graus.

Of. 564

25 abril de 1973

Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educaçionais
x Diretora do Instituto de Estatística e Pesquisa Educacionais
da Secretaria de Estado de Educação e Cultura de
: Pesquisas Prioritárias Pernambuco

Senhora Diretora

Atendendo à solicitação contida em seu Ofício nº 185, de 16 do corrente, tenho a satisfação de enviar a Vossa Senhoria, em anexo, relação de temas de estudos e pesquisas, considerados prioritários após consulta feita a diversas entidades que militam no campo da pesquisa educacional.

Renovo a Vossa Senhoria meus protestos de estima e apreço.

Ayrton de Carvalho Mattos
Diretor-Geral



Instituto Nacional de
Estudos Pedagógicos

00931

18 ABR 1972

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Avenida Marechal Câmara, 210 - 8.º andar - ZC-39 - Caixa Postal, 6029 - ZC-39 - End. Teleg. "EDCAPES" - Rio de Janeiro - RJ - BRASIL

14 abril 1972

Sr. Cel. Ayrton de Carvalho Mattos
DD. Diretor do INEP
Nesta

*A. Amador
Bicente
Segue-a
C 18/04/72
BPN*

Sr. Diretor,

Acuso o recebimento da Circular nº 449 remetida por V. Sa., contendo cópia do questionário enviado a entidades públicas e particulares que operam no campo da educação, resultante dos trabalhos desenvolvidos pelo INEP, através das diversas comissões encarregadas da análise do Programa Anísio Teixeira, e de que tive a honra de participar.

Acredito que essas jornadas tenham sido extremamente proveitosas e faço votos para que ao INEP, liderado por V. Sa., seja dada a singular oportunidade de prestar à política de educação nacional, com o indistinto concurso dos órgãos convocados, os relevantes subsídios que se esperam da efetivação de estudos e pesquisas indispensáveis ao dimensionamento de sua abrangência, numa visão global.

De minha parte, como era de meu dever, levei ao conhecimento do Diretor-Executivo da CAPES os documentos decorrentes dos encontros e notas pessoais tomadas com a finalidade de pô-lo a par do que se passou na Comissão de Ensino Superior, da qual fui um dos membros, a convite de V. Sa.

Permita-me valer da oportunidade para lhe apresentar os melhores cumprimentos e protestos de consideração e estima.

Suzana Gonçalves
Chefe da Assessoria
de Programas

/mems

Nº DE ORDEM

1.36 - ATITUDE DO PROFESSOR DE GINÁSIO FACE À REFORMA DO ENSINO

Visa verificar se há dificuldades ou resistências do atual professor de ginásio para adaptar-se ao espírito da educação fundamental e as causas que condicionam a situação,

1.37 - FORMAÇÃO DO PROFESSOR POLIVALENTE

Procura determinar a validade dos currículos e da duração dos cursos para a formação do professor polivalente.

1.38 - ATUAÇÃO DO PROFESSOR POLIVALENTE

Visa fixar quais as formas de polivalências desejáveis e as vantagens da atuação deste tipo de professor.

1.39 - VALIDADE DOS CURSOS DE TREINAMENTO DE PROFESSORES PARA A ESCOLA FUNDAMENTAL

Propõe-se a verificar que tipos de cursos levam a uma mudança real do comportamento do professor. As características desses cursos poderão ser estudadas em pesquisas diversificadas para professores de 1ª série, leigos, polivalentes etc.

2. ENSINO DE 2º GRAU

Os temas que se seguem constituem síntese de relação de projetos de enfoque semelhante.

Nº DE ORDEM

A) - Aspectos psico-pedagógicos

- 2.1 - Organização, análise e avaliação de currículos fundamentados em estudos de comportamento;
- 2.2 - metodologia do ensino, especialmente adaptação de inovações e utilização de tecnologias educacionais;
- 2.3 - problemas de articulação do 2º grau com os demais níveis de ensino;
- 2.4 - avaliação da orientação educacional;
- 2.5 - rendimento escolar.

B) - Aspectos administrativos

- 2.6 - estrutura de poder na administração do ensino;
- 2.7 - análise de custos das experiências de 2º grau;
- 2.8 - processo de introdução de inovações;
- 2.9 - estudo de demanda do pessoal docente, técnico e de supervisão para o ensino do 2º grau;
- 2.10 - avaliação de métodos e experiências já realizadas na área do 2º grau;
- 2.11 - aspirações dos estudantes do 2º grau;
- 2.12 - avaliação de desempenho de sistemas e unidades de ensino do 2º grau.

C - Aspectos relativos a Recursos Humanos

- 2.13 - avaliação dos recursos humanos do 2º grau, tanto de natureza quantitativa como qualitativa;
- 2.14 - elaboração de perfis de pessoal docente e técnico-administrativo;
- 2.15 - recrutamento e seleção de pessoal docente e técnico-administrativo.

Nº DE ORDEM

D) - Aspectos sócio-econômicos

- 2.16 - análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigido pelo mercado de trabalho;
- 2.17 - evolução do emprego segundo setores e ramos econômicos específicos: (escalonamento segundo a evolução do prestigio social de cada ocupação);
- 2.18 - comportamento da estrutura ocupacional de acordo com a mudança tecnológica;
- 2.19 - acompanhamento de egressos de escolas de 2º grau.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO 2 AO OFÍCIO Nº 447 DE 11/04/72

3. ENSINO SUPERIORNº DE ORDEM

- 3.1 - Carga horária do estudante, incluindo tempo dedicado a estudos individuais.
- 3.2 - Pesquisa psico-pedagógica da aptidão para estudos de nível superior, visando à adequada formulação de testes do concurso vestibular.
- 3.3 - Perda do sistema universitário.
- 3.4 - Caracterização do corpo docente do ensino superior.
- 3.5 - Necessidade de pessoal docente para atender à expansão do Ensino Superior: aspectos quantitativo e qualitativo.
- 3.6 - Relação entre a expansão do ensino superior e o mercado de trabalho.
- 3.7 - Relação Universidade/Comunidade e avaliação de programas.
- 3.8 - Capacidade e possibilidade da Universidade brasileira para a educação de adultos.
- 3.9 - Estrutura universitária vigente (institucionalização do departamento).
- 3.10 - Diversificação do currículo: verificação, comparação regional e atendimento das necessidades locais.
- 3.11 - Formação do profissional de educação na Universidade.
- 3.12 - Cursos profissionais de pequena duração na Universidade.
- 3.13 - Avaliação da implantação do 1º ciclo na Universidade brasileira.
- 3.14 - Viabilidade técnica e econômica da introdução de sistemas de tecnologia educacional no âmbito do ensino superior.
- 3.15 - Situação da pós-graduação do País.
- 3.16 - A política de pós-graduação no Brasil e o mercado de trabalho.

Nº DE ORDEM

- 3.17 - Ensino Superior no Grande Rio.
- 3.18 - Avaliação dos sistemas de financiamento do ensino superior.
- 3.19 - Custo do ensino superior.
- 3.20 - Mecanismo de bloqueio na implantação da reforma universitária.
- 3.21 - Aproveitamento pelo mercado ocupacional dos egressos dos cursos de Pedagogia.
- 3.22 - Implantação experimental de currículos de cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização de professores do ensino de 2º grau.
- 3.23 - Características pessoais e preparo necessários ao pesquisador em educação.
- 3.24 - Perfil social dos estudantes universitários e escolha de carreiras.
- 3.25 - Fatores sociais e deserção estudantil na Universidade.
- 3.26 - Ritmo e características sociais da expansão do sistema de educação superior.
- 3.27 - A Universidade e seu meio ambiente econômico e social.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO 2 AO OFÍCIO Nº 447 DE 11/04/72

ÁREAS ESPECIAIS

4. ENSINO SUPLETIVONº DE ORDEM

4.1 - A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS E SEUS RESULTADOS

Visa fixar as mudanças operadas na vida do adulto submetido ao programa de alfabetização conforme o tipo desse programa.

4.2 - MÉTODOS E RECURSOS DE ALFABETIZAÇÃO

Destina-se a verificar a eficácia relativa de diferentes métodos e recursos de alfabetização de adultos.

4.3 - O RECEM ALFABETIZADO E O MUNDO DE TRABALHO

Visa fixar os efeitos dos programas de ensino supletivo - em suas diferentes etapas - sobre a vida profissional.

4.4 - ADEQUAÇÃO DOS CURRÍCULOS DO ENSINO SUPLETIVO À SUA CLIENTELA ESPECÍFICA

Objetiva verificar até que ponto o ensino supletivo está sendo uma imitação do sistema regular e em que medida é encarado como problema específico de uma clientela e visando em particular aspectos relativos à vida de trabalho.

4.5 - OPORTUNIDADES OCUPACIONAIS PARA EGRESSOS DO ENSINO SUPLETIVO

Objetiva fixar as oportunidades existentes e como encaminhar os educandos para as mesmas.

Nº DE ORDEM

4.6 - EDUCAÇÃO PERMANENTE NO BRASIL

Destina-se a fixar em que setores já se evidencia a preocupação com a educação permanente.

4.7 - EXAMES DE MADUREZA - CRITÉRIOS ADOTADOS

Destina-se a avaliar os critérios adotados para o exame de madureza e o rendimento obtido, tendo em vista a função dos referidos exames.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO Nº 2 AO OFÍCIO Nº 447, DE 11/04/72

5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nº DE ORDEM

5.1 - CARACTERIZAÇÃO DO EXCEPCIONAL

Destina-se a avaliar os atuais critérios utilizados para o diagnóstico do excepcional com vistas à sua possível reformulação.

5.2 - EDUCAÇÃO DO SUPER-DOTADO

Visa fixar métodos e recursos mais adequados para a educação dos super-dotados.

5.3 - O EXCEPCIONAL INFRA-DOTADO E O TRABALHO

Experimentação visando estabelecer as formas de trabalho viáveis para os diferentes tipos de excepcionais em meios diversos.

5.4 - O EXCEPCIONAL INFRA-DOTADO E A VIDA FAMILIAR

Pretende fixar currículos e formas de atendimento ao excepcional que favoreça sua integração no núcleo familiar.

5.5 - MODERNAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Procurará fixar os resultados de utilização das modernas tecnologias na educação do excepcional.

6. TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Nº DE ORDEM

6.1 - SOLUÇÕES MAIS EFICAZES DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Visa fixar que recursos se revelam mais eficientes - e se isolados ou combinados - para atender a problemas de educação regular e de educação supletiva.

6.2 - AVALIAÇÃO DA TELEVISÃO EDUCATIVA

Procura avaliar, com vistas a levar a um aperfeiçoamento, as seguintes iniciativas:

- Unidade Experimental de TVE, em âmbito do ensino fundamental do Paraná;
- A televisão educativa integrada no sistema de ensino do Maranhão;
- Cursos de Alfabetização de Adultos de Pernambuco e Guanabara;
- Cursos de Madureza pela televisão de Pernambuco;
- Cursos através do Rádio e Televisão para o Ensino Supletivo;
- A novela João da Silva.

6.3 - AVALIAÇÃO DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Objetiva fixar os pontos altos e as possíveis falhas dos sistemas de radiodifusão educativa:

- Sistema FEPLAM;
- Sistema de recepção controlada e recepção organizada (estudo comparativo).

6.4 - AVALIAÇÃO DOS NOVOS CURRÍCULOS E OS MATERIAIS DISPONÍVEIS NA ÁREA DE FILMES, DIAFILMES E DIAPOSITIVOS

Objetiva avaliar os materiais existentes tendo em vista os novos currículos elaborados para a implantação das reformas do ensino.

6.5 - FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO USO DE AUDIOVISUAIS POR MEIO DE FILMES

Experimentação sobre as condições mais eficientes de utilização de uma série de filmes sobre recursos audiovisuais por diferentes tipos de profissionais.

6.6 - ÁREAS EDUCACIONAIS PRIORITÁRIAS PARA INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Destina-se fixar em que setores educacionais as inovações tecnológicas parecem mais indicadas e a eficiência e o custo das mesmas.

6.7 - INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM ÁREAS PIONEIRAS

Experimentação destinada a verificar o valor destes recursos em áreas como a Transamazônia e as Faixas de Fronteira Oeste e Norte.

6.8 - ENSINO INDIVIDUALIZADO E PRODUTIVIDADE DA EDUCAÇÃO

Experimentação pedagógica procurando verificar os resultados do ensino individualizado.

6.9 - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA OPERACIONAL DOS CENTROS AUDIOVISUAIS BRASILEIROS

Visa ao conhecimento de sua ação na difusão e inovação de novas técnicas de ensino e na formação de pessoal especializado.

CONTINUAÇÃO DO ANEXO Nº 2 AO OFÍCIO Nº 447, DE 11/04/1972

7. DIVERSOS

Nº DE ORDEM

A) - Documentação e Informação

7.1 - INFORMAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

Revisão e atualização das fontes básicas de informações, tendo em vista estabelecer um sistema ordenado e coordenado de facilidades documentárias e de circulação de dados na área da educação.

7.2 - PESQUISA EDUCACIONAL NO BRASIL

Diagnóstico das dificuldades e dos trabalhos realizados pelas instituições de pesquisa educacional no país.

B) - Educação no Contexto Social

7.3 - LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL E SUA INTEGRAÇÃO NO MEIO ECONÔMICO E SOCIAL

Visa medir o grau de integração ou adequação de atendimento do sistema educacional às necessidades do meio sócio-econômico, em termos de micro-regiões homogêneas.

7.4 - A VISÃO DA EDUCAÇÃO COMO UM VALOR POR PARTE DO GRUPO FAMILIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA DE ENSINO

Objetiva fixar o valor atribuído pela família à educação e suas repercussões na evasão escolar, nas relações família-escola etc.

7.5 - INSERÇÃO LOCAL DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR: LIMITES E PERSPECTIVAS

Visa estudar a escola com relação às outras instituições locais, seus relacionamentos e dependências, os elementos de apoio com que conta a escola, os efeitos da visão da escola por parte da sociedade e a utilização da escola como centro de irradiação cultural.

7.6 - A ESTRUTURA DO "CAMPO EDUCACIONAL"

Objetiva estudar os agentes educacionais especializados: posição, necessidades e grupos sociais a que atendem.

7.7 - PARÂMETROS REAIS PARA O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Visa determinar os parâmetros reais dos sistemas escolares, com vistas a elaborar indicadores significativos para uma política

de ação e acompanhamento das transformações ocorridas nesses sis temas.

7.8 - MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Estudo de modelos visando à integração escolar, que atendam às diferenças regionais e considerem os complexos escolares, a intercomplementariedade, as escolas isoladas, etc.

C) - Financiamento da Educação

7.9 - LEVANTAMENTO DOS GASTOS E DA PRODUTIVIDADE DO ENSINO; DETERMINAÇÃO DO CUSTO DO ALUNO-ANO

Busca proceder ao levantamento dos gastos efetuados em educação; avaliar a estrutura econômica da educação visando à minimização dos gastos e maximização dos recursos disponíveis; determinar o custo do aluno.

7.10 - PARTICIPAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS GASTOS GOVERNAMENTAIS NO BRASIL

Pretende avaliar quantitativamente, em termos de recursos previstos nos orçamentos, a posição relativa da educação no Brasil: crescimento e proporcionalidade em relação a outras despesas, distribuição pelos diversos níveis de ensino, fatores historicamente responsáveis pelas discrepâncias.

D) - Recursos Humanos

7.11 - LIDERANÇA EM EDUCAÇÃO

Estudo da mão-de-obra disponível para as tarefas de liderança no setor educacional.

7.12 - CARÊNCIAS DE PESSOAL EM EDUCAÇÃO

Visa fixar os setores em que há carência de profissionais e as razões que as determinam.

E) - Assistência ao Educando

7.13 - NECESSIDADES DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Pretende identificar as necessidades nesse setor e estabelecer critérios para a efetivação da assistência ao educando.

7.14 - CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA SÓCIO-ECONÔMICA

Visa preparar um instrumento que permita diagnosticar o aluno carente de recursos para obtenção de bolsas de estudo e de alimentação e outros tipos de assistência.